



Manoel Gregório Azevedo Neto, Reservatório da UHE de Sobradinho, Município de Petrolina/Pernambuco, irrigação.

Manoel Oscar de Araújo Filho, rio Jequitinhonha, Município de Jequitinhonha/Minas Gerais, irrigação.

Marcello Tomich d Paiva Gazzinelli, rio Mucuri, Município de Mucuri/Bahia, irrigação.

Maria Auxiliadora Pereira Marinho, rio Urucuia, Município de Buritis/Minas Gerais, irrigação.

Maria Madalena Ferreira Costa, rio Pomba, Município de Santo Antônio de Pádua/Rio de Janeiro, irrigação, dessedentação animal.

Marino Stefani Colpo, rio Bezerra, Município de Cabeceiras/Goiás, irrigação, alteração.

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Apolonio Sales/Moxotó, Município de Jatobá/Pernambuco, aquicultura, preventiva.

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Cachoeira Dourada, Município de Itumbiara/Goiás, aquicultura, preventiva.

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Chavantes/Município de Barão de Antonina/São Paulo, aquicultura, preventiva.

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Engº Sérgio Motta/Porto Primavera, Municípios de Brasilândia/Mato Grosso do Sul e Panorama/São Paulo, aquicultura, preventiva.

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Furnas, Município de Alfenas/Minas Gerais, aquicultura, preventiva.

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Manso, Município de Chapada dos Guimarães/Mato Grosso, aquicultura, preventiva.

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Peixe Angical, Município de São Salvador do Tocantins/Tocantins, aquicultura, preventiva.

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Ponte de Pedra, Município de Sonora/Mato Grosso do Sul, aquicultura, preventiva.

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Souza Dias/Jupia, Municípios de Três Lagoas e Selvíria/Mato Grosso do Sul, aquicultura, preventiva.

Nelson Antônio Borges, rio Jequitinhonha, Município de Jequitinhonha/Minas Gerais, irrigação.

Osvaldo Alves dos Santos, rio Jequitinhonha, Município de Itinga/Minas Gerais, irrigação.

Osvaldo João Pereira, rio São Francisco, Município de Belém do São Francisco/Pernambuco, irrigação.

Osvaldo Vieira, Reservatório da UHE de Chavantes, Município de Timburi/São Paulo, irrigação, renovação.

Paulo Márcio Franco de Oliveira, rio Paranaíba, Município de Rio Paranaíba/Minas Gerais, irrigação.

Pedro Giubert, rio Mucuri, Município de Mucuri/Bahia, irrigação.

Porto de Areia São Carlos - EPP, rio Mogi-Guaçu, Município de Guataporã/São Paulo, mineração.

Predial JM Imobiliária e Participações S.A., Reservatório da UHE de Três Marias, Município de Morada Nova de Minas/Minas Gerais, irrigação e dessedentação animal.

Prefeitura Municipal de Confresa, rio Comandante Fontoura, Município de Confresa/Mato Grosso, irrigação.

Prefeitura Municipal de Juruena, rio Juruena, Município de Juruena/Mato Grosso, outros usos.

Quesia Cristina Boldrini Bolsanello, rio Cricaré, Município de Nova Venécia/Espírito Santo, irrigação.

RadiciFibras Indústria e Comércio Ltda, rio Paraíba do Sul, Município de São José dos Campos/São Paulo, indústria, alteração.

Ramiro Cassiano Teixeira, rio São Francisco, Município de Carinhanha/Bahia, irrigação, aquicultura.

RD Mineração e Material de Construção Ltda, rio Doce, Município de Resplendor/Minas Gerais, mineração, alteração, renovação.

Remplus Empreendimentos e Participações S/A, Reservatório da UHE de Sobradinho, rio São Francisco, Município de Sento Sé/Bahia, irrigação.

Rodolfo Giannetti Geo, rio Verde Grande, Município de São João da Ponte/Minas Gerais, irrigação.

Ronaldo Biasutti de Souza, rio Mucuri, Município de Mucuri/Bahia, irrigação.

Rosana Márcia de Lima, rio Paranaíba, Município de Patos de Minas/Minas Gerais, irrigação, renovação, transferência.

Sandra Elizabete Moreira de Souza, rio Preto, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação, alteração.

Sergio Alberto Sleutjes, Reservatório da UHE de Jurumirim, Município de Angatuba/São Paulo, irrigação.

Severiano Sena Júnior, rio Jequitinhonha, Município de Pedra Azul/Minas Gerais, irrigação.

SG Mineração e Transporte Ltda-ME, rio José Pedro, Município de Conceição de Ipanema/Minas Gerais, mineração.

TCG Transportadora de Cargas em Geral S.A, rio Paraíba do Sul, Município de Quatis/Rio de Janeiro, indústria, mineração.

Ulisses Brambini Rivolta de Oliveira, rio Mucuri, Município de Mucuri/Bahia, irrigação.

Usina Terra Nova S/A, riacho Breião, Município de Pilar/Alagoas, irrigação, renovação.

Usina Terra Nova S/A, rio Paraíba, Município de Pilar/Alagoas, irrigação, renovação.

Valter Santos Nunes Junior, rio Mucuri, Município de Mucuri/Bahia, irrigação.

Valter Santos Nunes Júnior, rio Mucuri, Município de Mucuri/Bahia, irrigação.

Vicente Afonso Castro, rio São Francisco, Município de São Francisco/Minas Gerais, irrigação.

Wagner Gomes Vaz, Arroyo Carpinteria, Município de Açuá/Rio Grande do Sul, Barramento.

Welton Gomes Da Silva, Reservatório da UHE de Luiz Gonzaga, rio São Francisco, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Willi Dietrich, Reservatório da UHE de Aimorés, rio Doce, Município de Itueta/Minas Gerais, irrigação.

Willyane Severina Minze da Silva, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Zanchetta Alimentos Ltda, rio Moji-Guaçu, Município de Conchal/São Paulo, indústria, preventiva.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 273, de 27/04/2009, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, no âmbito do Processo nº 02501.001435/2004-98 torna público que, no período de 20/11/15 a 19/12/15, foram requeridas e encontram-se em análise no Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE/SP, as seguintes solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos, nos termos constantes da Resolução nº 429, de 04/08/2004, que delega competência e define os critérios e procedimentos para emissão de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União no Estado de São Paulo, no âmbito das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá:

Antônia A. Biral Carraro, rio Atibaia, Município de Jarinu/São Paulo, mineração.

Cifas Fios e Linas Ltda-ME, rio Camanducaia, Município de Amparo/São Paulo, indústria e saneamento, renovação.

Hidenobu Torihara, rio Camanducaia, Município de Amparo/São Paulo, irrigação.

Orion Engineered Carbons Ltda, rio Atibaia, Município de Paulínia/São Paulo, indústria, renovação.

Sérgio Roberto Rossi, rio Camanducaia, Município de Amparo/São Paulo, irrigação.

Shell Brasil Ltda, rio Atibaia, Município de Paulínia/São Paulo, irrigação.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 1, DE 6 DE JANEIRO DE 2016

Estabelece normas e procedimentos para o credenciamento e a autorização de uso para exercício da atividade comercial de condução de visitantes no Parque Nacional das Emas. (Processo nº 02102.000006/2015-59)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso de suas competências que lhe são conferidas pelo Art. 21 do Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2011, e pela Portaria nº 899, de 14 de maio de 2015, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência, publicado no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2015,

Considerando o que dispõe a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta esta Lei;

Considerando o documento "Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação", aprovado pela Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 120, de 12 de abril de 2006;

Considerando a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 08, de 18 de setembro de 2008, que estabelece normas e procedimentos para a prestação de serviços vinculados à visitação e ao turismo em Unidades de Conservação Federais por condutores de visitantes;

Considerando a Portaria nº 366, de 07 de outubro de 2009, que atualiza os preços dos ingressos de acesso às Unidades de Conservação federais e demais serviços e atividades de uso público;

Considerando o Plano de Manejo do Parque Nacional de Emas (2004).

Considerando a necessidade de normatizar e estabelecer os procedimentos necessários para a prestação de serviços de condução de visitantes no Parque Nacional das Emas.

Considerando o disposto no Processo nº 02102.000006/2015-59; resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Estabelecer normas e procedimentos para o cadastramento e a autorização para exercício da atividade comercial de condução de visitantes no Parque Nacional das Emas (PNE).

§ 1º Para fins do disposto nesta Portaria, entende-se por:

I - Autorização de Uso: o ato administrativo unilateral, precário, manejado no exercício da competência discricionária do ICM-Bio, por meio do qual é consentida a prestação do serviço comercial de condução de visitantes, não ensejando direito à indenização para o particular quando da sua cessação (Anexo I).

II - Credenciamento: o procedimento necessário para a emissão do Termo de Autorização de Uso aos interessados, conforme Anexo I desta Portaria.

III - Trilha auto guiada: a trilha existente nas áreas de uso intensivo do Parque Nacional das Emas/ICMBio que pode ser acessada sem a obrigatoriedade de um condutor ou guia credenciado. Devendo o visitante assinar Termo de Conhecimentos de Riscos para os visitantes, conforme Anexo IV.

IV - Trilha guiada: a trilha existente nas áreas de uso intensivo do Parque Nacional das Emas que exige a presença de um condutor devidamente credenciado.

V - Atividade monitorada: Atividade oferecida nas áreas de uso intensivo do Parque Nacional das Emas que exige a presença de um monitor especializado. O monitor pode ser um educador (professor, estagiário ou funcionário do Parque).

§ 2º A contratação de condutores de visitantes é uma opção oferecida aos visitantes, sendo obrigatória nas trilhas determinadas "Guiadas" e nas atividades que exijam a presença de instrutor ou monitor especializado.

§ 3º A assinatura do Termo de Autorização de Uso não cria vínculo de natureza trabalhista, previdenciária ou afins entre as partes.

§ 4º A exploração econômica, objeto da Autorização de Uso, ocorrerá por conta e risco da pessoa física autorizada.

§ 5º O condutor de visitantes deverá, obrigatoriamente, ser maior de 18 anos.

Art. 2º - Delegar competência para o Chefe do Parque Nacional das Emas credenciar os interessados e assinar os Termos de Autorização de Uso.

CAPÍTULO II

DO CREDENCIAMENTO E DA AUTORIZAÇÃO

Art. 3º Os condutores de visitantes que desejarem operar no Parque Nacional das Emas (PNE) deverão solicitar autorização à Administração, apresentando os seguintes documentos:

I - Ficha de habilitação (Anexo I);

II - Cópia do RG e C.P.F.;

III - Comprovante de endereço.

IV - Declaração de compromisso com o PNE assinado (Anexo III);

V - Termo de Conhecimento de Riscos e Normas inerentes à visitação no interior do Parque Nacional das Emas assinado, responsabilizando-se pela sua própria segurança e por prestar aos visitantes as orientações necessárias (Anexo IV);

VI - Certificado de curso de primeiros socorros válido, emitido por instituição de notável saber ou reconhecido pelo PNE;

VII - Certificado de curso sobre atrativos e normas do Parque Nacional das Emas, a ser fornecido pela unidade.

§ 1º O conteúdo mínimo dos cursos de formação de condutores dar-se-á conforme disposto na Instrução Normativa do Instituto Chico Mendes nº 08, de 18 de setembro de 2008, ou norma que a venha a substituir.

§ 2º Estão previstas quatro opções de categorias de condutores de visitantes de acordo com o nível de complexidade da atividade do condutor, para atender as atividades previstas no Plano de Manejo do Parque Nacional das Emas, sendo estas:

I - Observação da natureza;

II - Esportes de aventura em rio;

III - Esportes de aventura em terra;

IV - Esportes de aventura no ar.

Art. 4º Somente os condutores certificados pelo curso do Parque Nacional das Emas, previsto inciso VII, do art. 3º, poderão ser autorizados.

Art. 5º Os condutores de visitantes credenciados antes da publicação desta Portaria ficam autorizados a conduzir o visitante no interior do Parque Nacional das Emas até a expiração da validade do termo de autorização. Na renovação do credenciamento serão exigidos todos os documentos solicitados no art. 3º.

Art. 6º Os condutores autorizados a operar no interior do Parque Nacional das Emas (PNE) usufruirão dos seguintes benefícios:

I - Gratuidade de acesso ao PNE;

II - Divulgação gratuita pelo PNE dos contatos como condutores habilitados a conduzir na unidade;

III - Participação gratuita em curso de capacitação oferecido pelo PNE.

Art. 7º O cadastro de condutores autorizados divulgará minimamente as seguintes informações:

I - Nome, telefone, endereço eletrônico (email, redes sociais e outros);

II - Tipo de categoria para qual o condutor está habilitado a exercer;

III - Quantos anos de atividade como condutor dentro da unidade;

IV - Domínio de línguas estrangeiras

V - Formações diferenciadas como: observador de fauna, observador de flora, condutor de esportes em rio, terra ou ar, grau de escolaridade ou formação, entre outras.